

Órgão enquadrado por vice de SP tem banheiros e marmitas sob suspeita

Relatórios mostram fornecimento de refeições a menos. Contrato para banheiro em feiras está sob investigação após denúncia de vice de Nunes

Artur Rodrigues, Vinicius Passarelli, William Cardoso

Um órgão de segurança alimentar da Prefeitura de São Paulo, que ficou sob os holofotes depois que o vice-prefeito, coronel Mello Araújo (PL), demitiu o então titular da pasta, tem um programa que entrega menos marmitas do que o volume contratado e um contrato suspeito de banheiro químico em feiras, que só teve uma empresa concorrente.

Mello Araújo exonerou o então secretário executivo de Segurança Alimentar e Nutricional, Carlos Fernandes (Solidariedade), e outros dois servidores, após receber denúncias de irregularidades na pasta. As demissões ocorreram quando o vice assumiu o comando da cidade, no fim de abril, durante uma viagem do prefeito Ricardo Nunes (MDB) para China e Japão.

As suspeitas levantadas envolvem supostas irregularidades que vão de problemas na distribuição de alimentos ao contrato de banheiros químicos em feiras livres, este último sob a responsabilidade de Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, que abriga a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento (Sesana).

Refeições a menos

Um dos programas geridos pelo setor de Segurança Alimentar é o Cozinha Escola, com 65 unidades pela cidade. Cada uma tem orçamento anual de R\$ 2,6 milhões para fornecer, no mínimo, 400 almoços diários, de segunda a sábado.

Em um cálculo do valor unitário, cada refeição sairia por pouco mais de R\$ 21, valor que supera até o de pratos feitos, os famosos PFs, vendidos por restaurantes mais populares.

O valor também é mais que o dobro do custo unitário do programa estadual Bom Prato (R\$ 9,30). A prefeitura argumenta que o contrato também inclui a realização de cursos e a contratação de funcionários e, por isso, não é possível comparar os valores com o Bom Prato.

A própria gestão Nunes, porém, atestou que a distribuição das marmitas não bate a meta mínima prevista em parte das unidades. O Metrôpoles investigou a distribuição de alimentos e obteve documentos que revelam que parte das ONGs escolhidas para fornecer almoço gratuito não entrega o mínimo exigido de 400 refeições.

Em nota, a Sesana informou que não há qualquer indício de falta de atendimento à população em vulnerabilidade pelo Rede Cozinha Escola.

“Em dias com número menor de pessoas em situação de vulnerabilidade, a administração atende a todos que ali estão. Assim como distribui comida além da quantidade mínima quando a procura é maior”, informou a pasta.

Fiscalização

A reportagem localizou relatos de vistorias a ao menos oito unidades em que fiscais da prefeitura foram em um dia aleatório para contar as marmitas entregues e acharam quantidades abaixo do exigido. Uma delas é a Associação Amigos da Família (foto em destaque), na Vila Chuca, bairro simples na região de Itaquera, na zona leste.

Em janeiro, a associação fez uma autodeclaração alegando que entregava 800 marmitas, o dobro do exigido. No dia 7 de abril, porém, um fiscal da prefeitura foi até o local e, além de constatar o uso de alimentos ultraprocessados, o que não é recomendado, “observou-se que não foram entregues as 400 refeições diárias obrigatórias”.

Na verdade, foram entregues 152 refeições a menos que o previsto, valor que acabou sendo cobrado do contrato. A equipe do Metrôpoles compareceu ao local no dia 13 de maio e verificou que, novamente, a quantia mínima exigida não foi entregue.

As refeições começaram a ser distribuídas pouco depois das 11h30 e as portas foram fechadas às 13h. Durante o período, a reportagem contou a entrega de 215 refeições, levando em consideração adultos, idosos e crianças que entraram na fila, além de pessoas que repetiram o prato.

Marmita

A marmita (foto acima) é pequena, com profundidade similar à de um prato de sopa. No interior, como mostrou um beneficiado, muito arroz, um pouco de feijão, alface, tomate e alguns pequenos pedaços de carne com molho.

O programa Cozinha Escola foi uma das vitrines do prefeito Ricardo Nunes na campanha eleitoral. Carlos Fernandes, o secretário demitido, prometeu expandir o programa se fosse eleito vereador, o que não conseguiu.

Banheiro químico

Um contrato de R\$ 18 milhões da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, gerido pela Sesana, para a locação de banheiros químicos em feiras livres está sob investigação interna após denúncia de indícios de irregularidades feita pelo vice-prefeito, coronel Mello Araújo.

Assinado em outubro de 2023, o contrato prevê a locação de três tipos de banheiros químicos em 50 feiras livres: um banheiro regular, um banheiro lavatório e um banheiro adaptado para portadores de deficiência.

Em entrevista ao Metrôpoles, Mello Araújo afirmou que recebeu uma denúncia sobre o contrato e foi pessoalmente averiguar a presença dos banheiros em cerca de 20 feiras livres.

Nos locais, o vice constatou que não havia banheiros para portadores de necessidades especiais (PNE). O custo mensal do serviço é de R\$ 1,5 milhão. O banheiro comum custa R\$ 300 por dia; o de lavatório, R\$ 290; e o adaptado, R\$ 600 por dia.

“Nós fomos averiguar e, na verdade, só tinha o normal e o de lavatório, ou seja, em cada um estava sendo cobrado R\$ 600 reais a mais [valor do banheiro PNE]. Então, era para a gente estar pagando cerca de 750 mil”, disse Mello.

De acordo com o vice-prefeito, os indícios de irregularidades foram documentados e enviados à Secretaria de Direitos Humanos, pasta que abriga a secretaria executiva de abastecimento, e pediu para suspender os pagamentos.

“Enviei à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral, para adoção das providências, e ao próprio Ricardo [Nunes]”, disse o coronel.

Além da suspeita de ausência de entrega levantada pelo vice, o contrato de banheiros químicos foi disputado por uma única empresa, convocada apenas 13 minutos após o início do pregão.

O que dizem os envolvidos

Sobre as refeições do Cozinha Escolha, a Secretaria de Direitos Humanos, à qual a Sesana é subordinada, afirmou que “a denúncia será devidamente apurada e, caso sejam constatadas irregularidades, sanções cabíveis serão aplicadas, conforme previsto no edital de credenciamento do programa, que incluem desde advertência até rescisão do contrato”.

A pasta ainda afirmou que “não compactua com qualquer tipo de desvio de conduta por parte de servidores ou entidades parceiras”.

Posteriormente, a gestão enviou uma nova nota, mais detalhada. A resposta afirma não haver qualquer indício de falta de atendimento à população. “Nos casos citados pela reportagem, havia disponibilidade da quantidade mínima de refeições previstas em contrato, nunca faltando alimentação para quem procura o serviço. Não há qualquer indício de que faltou refeição”, disse.

“Em dias com número menor de pessoas em situação de vulnerabilidade, a administração atende a todos que ali estão. Assim como distribui comida além da quantidade mínima quando a procura é maior. O programa assegura a oferta gratuita de 26 mil refeições diárias, entre marmitas e buffet, e todas as pessoas que buscam o serviço são atendidas”, afirmou a pasta.

A gestão Nunes informou ainda que o serviço é fiscalizado “com rigor e de forma proativa pela prefeitura, por meio da análise de prestações de contas entregues pelas organizações sociais e visitas trimestrais de agentes municipais aos locais de fornecimento das refeições”.

“Em casos de inconformidade, o monitoramento é intensificado e sanções são adotadas, como os próprios relatórios mencionados pela reportagem registram, ao relatar advertências e glosa de valores”, diz a nota.

A reportagem procurou a Associação Amigos da Família, mas não obteve retorno. Em relatórios enviados à prefeitura, a entidade lista uma série de atividades que desenvolve, além da entrega de marmitas, como cursos de culinária e jiu-jitsu.

Questionado sobre as suspeitas relativas aos banheiros químicos, Ricardo Nunes afirmou que orientou Mello Araújo a levar a denúncia à Controladoria-Geral do Município, mas disse que as acusações devem ter “cautela” e precisam ser apuradas.

“Ele comentou comigo que havia recebido alguma coisa com relação ao banheiro. Eu pedi para ele procurar o controlador-geral e apresentar as provas que ele havia recebido. Pedi para ele para ter cautela, porque denúncia é um negócio complicado. É a vida de uma pessoa, de uma família. Tem que tomar bastante cautela, evidentemente apurar com rigor”, disse Nunes em entrevista à Revista Oeste.

Em nota, o advogado da empresa de banheiros químicos Pilar Ecotec Ambiental, Danilo Gustavo Pereira de Abreu, alegou que o fornecimento da cabine sanitária tipo PNE “sempre foi entregue conforme contrato e fiscalização” e enviou fotos de banheiros que teriam sido entregues em feiras na última sexta-feira (16/5).

“Quanto ao processo de contratação, o mesmo ocorreu integralmente de acordo com a legislação, em processo licitatório, em pregão eletrônico”, afirmou. Disse, ainda, que a Pilar “refuta alegações vazias e genéricas”.

Já o ex-secretário Carlos Fernandes afirmou que a Rede Cozinha Escola já distribuiu 11 milhões de refeições e foi premiado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) e pela União das Cidades Capitais Ibero-Americanas.

De acordo com ele, a Sesana, da qual foi titular, tinha função de treinar as pessoas contratadas na comunidade e disponibilizar o acompanhamento por nutricionistas. Já a fiscalização era função da Secretaria de Direitos Humanos. “Nem a Sesana nem eu tínhamos qualquer ingerência sobre isso”, afirmou.

Ele também afirmou que o valor da refeição foi definido em edital anterior à sua chegada ao posto e que não teve nada a ver com os valores do contrato com as associações. Ele também contestou a comparação da reportagem com pratos feitos, citando que o valor do edital “contempla também a remuneração de nove celetistas selecionados dentro de cada comunidade, a reforma, higiene e manutenção do local onde são feitas as refeições e a distribuição de marmitas para pessoas que, por motivo de saúde, não têm condições de se deslocar”.

Fernandes afirmou que a entidade visitada pelo Metrôpoles “foi autuada em abril de 2025, por não estar entregando a quantidade mínima de refeições e pela distribuição de alimentos ultraprocessados”.

Por fim, ele afirmou que se afastou da secretaria em abril de 2024 para se candidatar a vereador e só retornou ao cargo em março deste ano. “Portanto, estive fora da Sesana por um ano e não tive qualquer ingerência sobre a secretaria durante o período em que me ausentei.”

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/orgao-enquadrado-por-vice-de-sp-tem-banheiros-e-marmitas-sob-suspeita>

Veículo: Online -> Site -> Site Metr p les - Brasília/DF